

MINAS GERAIS

CAPÍTULO II
DOS UNIFORMES

Art. 10 - Distinguem-se os uniformes dos indivíduos privados de liberdade em:

I. Uniforme padrão;

II. Uniforme laboral;

III. Uniforme exclusivo;

IV. Uniforme da Casa de Custódia do Policial Penal e Agente de Segurança Socioeducativo.

Art. 11 - Deverá ser comunicada formalmente ao Diretor de Unidade qualquer destruição ou inutilização do uniforme para a devida apuração.

Seção I

Do uniforme padrão

Art. 12 - O uniforme padrão consiste nas peças de vestuário destinadas ao uso de todos os indivíduos privados de liberdade dentro da unidade prisional convencional, salvo aqueles devidamente classificados ao trabalho, interno ou externo que utilizarão o uniforme laboral.

Art. 13 - O uso do uniforme padrão nas unidades prisionais convencionais é obrigatório durante todos os procedimentos de atendimento internos e externos que necessitem de escolta.

Art. 14 - O uniforme padrão é composto por:

I. Camisa de manga curta, confeccionada em malha de algodão, gola redonda ou careca, na cor vermelho, lisa, com estampa “DEPEN-MG”, na cor branco, fonte Arial, letras tamanho 7cm x 5cm, totalizando 27cm de comprimento com espaços entre elas, com 1cm de espessura da linha, em silkscreen, no dorso, posicionado 10cm vertical à gola e centralizado no eixo horizontal;

II. Camisa de manga comprida, confeccionada em malha de algodão, gola redonda ou careca, estilo moleton, na cor azul indigo, lisa, com estampa “DEPEN-MG”, na cor branco, fonte Arial, letras tamanho 7cm x 5cm, totalizando 27cm de comprimento com espaços entre elas, com 1cm de espessura da linha, em silkscreen, no dorso, posicionado 10cm vertical à gola e centralizado no eixo horizontal;

III. Bermuda, confeccionada em tecido tipo brim, na cor vermelho, com elástico, sem bolsos, acolchoamento ou forro, com estampa “DEPEN-MG”, na cor branco, fonte Arial, letras tamanho 4,6cm x 3,5cm, totalizando 19cm de altura com espaços entre elas, com 1cm de espessura da linha, em silkscreen, na parte da frente do lado esquerdo, posicionado 10cm vertical à banha da cintura até a altura do joelho;

IV. Calça comprida, confeccionada em tecido tipo brim, na cor vermelho, com elástico, sem bolsos, acolchoamento ou forro, com estampa “DEPEN-MG”, na cor branco, fonte Arial, letras tamanho 4,6cm x 3,5cm, totalizando 19cm de altura com espaços entre elas, com 1cm de espessura da linha, em silkscreen, na parte da frente do lado esquerdo, posicionado 10cm vertical à banha da cintura até a altura do joelho;

V. Chinelos de dedo, convencional (do tipo havaianas) com tira simples.

Art. 15 - Após admissão na unidade, o indivíduo privado de liberdade receberá um kit de uniforme, contendo:

I. 02 (duas) camisas de manga curta;

II. 01 (uma) camisa de manga comprida;

III. 02 (duas) bermudas;

IV. 01 (uma) calça comprida;

V. 01 (um) par de chinelos de dedo.

§1º Os itens serão repostos mediante troca decorrente de desgaste de uso e/ou natural, em função do tempo, moda, incidência e produtos utilizados na lavagem.

§2º Cabe ao Diretor de Unidade garantir que não haja excesso de uniformes dentro das celas.

Seção II

Do uniforme laboral

Art. 16 - O uniforme laboral será classificado conforme a natureza do trabalho, sendo:

I. Uniforme de Trabalho Interno: compreende toda atividade laborativa exercida em prol da Unidade, no perímetro intramuros, salvo a área administrativa - a cor da manga da camisa é na cor azul indigo;

II. Uniforme de Trabalho Externo: compreende toda atividade laborativa exercida em prol da Unidade e em Oficinas, no perímetro extramuros - a cor da manga da camisa é na cor amarela fluorescente;

III. Uniforme de Trabalho Administrativo: compreende toda atividade laborativa exercida dentro das áreas administrativas, inclusive as destinadas a atendimento - a cor da manga da camisa é na cor branca.

§1º As atividades laborativas exercidas nas oficinas deverão utilizar o uniforme conforme o local em que a oficina esteja situada, interno ou externo.

§2º As atividades laborativas exercidas nas oficinas parceiras nas quais a atividade fim envolva manejo de alimentos, deverá utilizar o uniforme fornecido pela empresa, conforme as especificações legais decorrentes da atividade a ser executada.

§3º O indivíduo privado de liberdade não deverá retornar com o uniforme laboral para dentro da cela, devendo providenciar a troca pelo uniforme padrão após encerrado o trabalho.

Art. 17 - O uniforme laboral é composto por:

I. Camisa de manga curta, confeccionada em malha de algodão, gola redonda ou careca, lisa, com corpo na cor vermelho para o uniforme padrão, na cor verde para o uniforme exclusivo e azul indigo para o uniforme da Casa de Custódia do Policial Penal e Agente de Segurança Socioeducativo, com mangas nas cores azul indigo para trabalho interno, amarelo fluorescente para trabalho externo e branco para trabalho nas áreas administrativas, com estampa “TRABALHO”, na cor branco, na frente, centralizado, fonte Arial Black, 36,5cm de comprimento x 4,3cm de altura com espaços entre as letras, “TRABALHO DEPEN-MG”, na cor branco, nas costas, centralizado, fonte Arial Black, 36cm de comprimento x 4,8cm de altura para a palavra “TRABALHO” e 28cm de comprimento x 3,5 de altura para a palavra “DEPEN-MG”, espaço entre as palavras de 4,3cm, com espaços entre as letras, com 1cm de espessura da linha, em silkscreen, posicionada 10cm vertical à gola e centralizado no eixo horizontal;

II. Calça comprida, confeccionada em tecido tipo brim, com elástico, na cor vermelho para o uniforme padrão, na cor verde para o uniforme exclusivo e azul indigo para o uniforme da Casa de Custódia do Policial Penal e Agente de Segurança Socioeducativo, sem bolsos, acolchoamento ou forro, com estampa em silkscreen nos moldes do uniforme padrão;

III. Chapéu Trail para trabalhos que demandem exposição constante ao sol, com proteção cervical adequada, na cor vermelho para o uniforme padrão, na cor verde para o uniforme exclusivo e azul indigo para o uniforme da Casa de Custódia do Policial Penal e Agente de Segurança Socioeducativo;

IV. Equipamentos de proteção individual conforme especificação legal para a atividade exercida.

§1º O uniforme será entregue pela equipe de produção conforme classificação e atividade a ser executada pelo Indivíduo Privado de Liberdade.

§2º Durante o período de frio, excepcionalmente, o indivíduo privado de liberdade poderá usar a camisa de trabalho por cima da blusa de frio.

§3º No caso do parágrafo anterior, o preso deverá permanecer com a blusa de frio durante toda a jornada de trabalho, sendo vedada sua retirada.

Art. 18 - É vedada a saída do indivíduo privado de liberdade da unidade prisional com o uniforme laboral nos procedimentos de escolta, salvo, os deslocamentos para atividade laboral em outra unidade prisional.

Art. 19 - O uniforme laboral trata exclusivamente das parcerias de trabalho internas e do trabalho em prol da unidade.

Parágrafo único - Quando da contratação ou prestação de serviços por empresas, instituições ou organizações, os uniformes serão fornecidos e seguirão as especificações da contratante.

Seção III

Do uniforme exclusivo

Art. 20 - Os uniformes exclusivos são destinados aos pacientes judiciários, enfermos e gestantes/lactantes, admitidos (as) exclusivamente nas Unidades Prisionais Médico Penais, conforme Resolução nº 735 de 14 de setembro de 2022.

Art. 21 - O uniforme exclusivo é composto por:

I. Camisa de manga curta, confeccionada em malha de algodão, gola redonda ou careca, lisa, com corpo na cor verde água, com estampa em silkscreen nos moldes do uniforme padrão;

II. Camisa de manga comprida, confeccionada em malha de algodão, gola redonda ou careca, estilo moleton, na cor verde água, lisa, com estampa em silkscreen nos moldes do uniforme padrão;

III. Calça comprida, confeccionada em tecido tipo brim, com elástico, na cor verde água, sem bolsos, acolchoamento ou forro, com estampa em silkscreen, nos moldes do uniforme padrão nos moldes do uniforme padrão;

IV. Bermuda, confeccionada em tecido tipo brim, com elástico, na cor verde água, sem bolsos, acolchoamento ou forro, com estampa em silkscreen nos moldes do uniforme padrão.

Art. 22 - Os indivíduos privados de liberdade de outras unidades que estiverem exercendo atividades laborais nestas, deverão utilizar o uniforme laboral compatível com a sua unidade de lotação.

Parágrafo único: Os indivíduos privados de liberdade citados no caput deste artigo deverão ser rigorosamente acompanhados, com vigilância contínua e ininterrupta, de modo a impedir tentativas de fuga mediante troca de uniforme.

Seção IV

Do uniforme da casa de custódia do policial penal e agente de segurança socioeducativo

Art. 23 - Trata-se do uniforme destinado aos indivíduos privados de liberdade admitidos exclusivamente na Casa de Custódia do Policial Penal e Agente de Segurança Socioeducativo.

Art. 24 - O uniforme da Casa de Custódia do Policial Penal e Agente de Segurança Socioeducativo é composto por:

I. Camisa de manga curta, confeccionada em malha de algodão, gola redonda ou careca, lisa, com corpo na cor azul indigo, com estampa “CCPP-MG”, na cor branco, fonte Arial, letras tamanho 7cm x 5cm, totalizando 27cm de comprimento com espaços entre elas, com 1cm de espessura da linha, em silkscreen, no dorso, posicionado 10cm vertical à gola e centralizado no eixo horizontal;

II. Camisa de manga comprida, confeccionada em malha de algodão, gola redonda ou careca, estilo moleton, na cor azul indigo, lisa, com estampa “CCPP-MG”, na cor branco, fonte Arial, letras tamanho 7cm x 5cm, totalizando 27cm de comprimento com espaços entre elas, com 1cm de espessura da linha, em silkscreen, no dorso, posicionado 10cm vertical à gola e centralizado no eixo horizontal;

III. Bermuda, confeccionada em tecido tipo brim, na cor azul indigo, com elástico, sem bolsos, acolchoamento ou forro, com estampa “CCPP-MG”, na cor branco, fonte Arial, letras tamanho 4,6cm x 3,5cm, totalizando 19cm de altura com espaços entre elas, com 1cm de espessura da linha, em silkscreen, na parte da frente do lado esquerdo, posicionado 10cm vertical à banha da cintura até a altura do joelho;

IV. Calça comprida, confeccionada em tecido tipo brim, na cor azul indigo, com elástico, sem bolsos, acolchoamento ou forro, com estampa “CCPP-MG”, na cor branco, fonte Arial, letras tamanho 4,6cm x 3,5cm, totalizando 19cm de altura com espaços entre elas, com 1cm de espessura da linha, em silkscreen, na parte da frente do lado esquerdo, posicionado 10cm vertical à banha da cintura até a altura do joelho.

Art. 25 - Os indivíduos privados de liberdade de outras unidades que estiverem exercendo atividades laborais nesta, deverão utilizar o uniforme laboral compatível com a sua unidade de lotação.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Nos casos de transferência de indivíduo privado de liberdade entre as unidades prisionais do Estado de Minas Gerais, os uniformes deverão ser recolhidos ou substituídos, de imediato, de modo a evitar o desfalece de uniformes no estoque.

Art. 27 - É expressamente vedada a liberação do indivíduo privado de liberdade com qualquer dos uniformes constantes nesta Resolução.

Art. 28 - Todo o fluxo do processo de fabricação do uniforme deverá ser alinhado e formalizado pela Diretoria de Trabalho e Produção e pela Diretoria de Material e Patrimônio, cada qual no âmbito de suas competências, com ampla divulgação por meio de Memorando-Circular, via processo SEI!.

Parágrafo único. A Diretoria de Trabalho e Produção e a Diretoria de Material e Patrimônio terão o prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, para regulamentar o fluxo e a divulgação que trata o artigo.

Art. 29 - Caberá aos Diretores das Unidades criar o fluxo para controle de uso, entrega e devolução do uniforme, observando os seguintes critérios:

I. Os indivíduos privados de liberdade deverão trocar o uniforme padrão para o uniforme laboral após procedimento de inspeção, com recolhimento do uniforme padrão e devolução após o procedimento de revista de retorno para a cela;

II. O uniforme laboral deverá ficar acondicionado no setor de trabalho ou em local específico, vedado sua entrada ou permanência nas celas;

III. Cada indivíduo privado de liberdade só poderá ter acesso a um único uniforme durante o trabalho;

IV. O controle e acondicionamento dos uniformes deve ser inacessível aos indivíduos privados de liberdade;

V. Quando houver a necessidade de relocar um indivíduos privados de liberdade durante o período de trabalho, com alteração do local do âmbito interno para o externo ou vice-versa, o custodiado deverá trocar o uniforme de modo a cumprir a atividade fim.

Art. 30 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se todas as orientações anteriores relacionados ao tema.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado dede Justiça e Segurança Pública

06 1799631 - 1

REVOGA O ATO DE REMOÇÃO “EX OFFICIO”, publicado em 26/05/2023, referente ao servidor.

MASP 1378861-7, FRANCES VIEIRA ALVES, em razão das motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0065992/2023-68.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “POR PERMUTA”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea b, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0082472/2023-47, os servidores:

MASP 1382949-4, SUELY RODRIGUES DE OLIVEIRA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIARIO, do PRESIDIO ALVORADA, para o PRESIDIO REGIONAL DE MONTES CLAROS,

MASP1453024-0, RAQUEL SANTOS BARBOSA FREITAS, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIARIO, do PRESIDIO REGIONAL DE MONTES CLAROS, para o PRESIDIO ALVORADA.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1800105 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 013/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 8 de janeiro de 2021, bem como no Parecer nº 517/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC/2023, aplica as penalidades: SUSPENSÃO de 12 (doze) dias ao processado MARCOS FERNANDO SANTOS DE JESUS - MaSP 1.385.792-5, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; SUSPENSÃO de 10 (dez) dias aos processados ANDRÉ URCINO SANTANA DA ROCHA - MaSP 1.219.358-7; ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; DIEGO LEITE DA COSTA - MaSP 1.388.263-4, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; JEANDERSON JUNIO CARDOSO DA SILVA - MaSP 1.440.661-5, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; LUIS HENRIQUE MENDES VELOSO - MaSP 1.185.696-0; ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; e DIEGO PEREIRA CARDOSO - MaSP 1.435.417-9, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; todos lotados no Presídio de Pirapora I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservarem o disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952; REPREENSÃO aos processados UESLEI JUNIO PEREIRA - MaSP 1.389.315-1, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; HALYSSON FREDERICO ALVES DE SENA - MaSP 1.436.251-1, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; RAFAEL DE OLIVEIRA RODRIGUES - MaSP 1.351.794-1, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; EVONETE ALVES DE SOUZA - MaSP 1.303.277-6, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; lotados no Presídio de Pirapora I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso I, por inobservarem o disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, caput, todos da Lei 869, de 1952. Ainda, ABSOLVER o processado ANAIVALDO BATISTA DE OLIVEIRA SOBRINHO

DIÁRIO DO EXECUTIVO

- MaSP 1.445.726-1, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, também lotado no Presídio de Pirapora I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e dos advogados Adilson Mendes C. Junior OAB/MG 125.751 e Fabio Henrique Corrêa OAB/MG 137.619. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULO/T para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 6 de junho de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1799979 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 726, DE 06 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre os objetivos e critérios para distribuição das fraldas e absorventes produzidos nas unidades prisionais por intermédio do Projeto Liberdade em Ciclos.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual, em conformidade com a Lei Federal nº 7.210/1984, bem como ao disposto na Lei Estadual nº 11.404/1994, a Lei Estadual nº 24.313/2023, Decreto Estadual nº 45.242/2009 e Lei Estadual 23.904/2021; e

Considerando a necessidade de regulamentação do processo de distribuição dos itens produzidos por meio do Projeto Liberdade em Ciclos (fraldas e absorventes descartáveis);

Considerando a necessidade de gestão e controle de distribuição;

Considerando a necessidade de organizar e estabelecer os critérios de distribuição;

Considerando a necessidade de implementação e padronização dos meios que comprovem a necessidade e o interesse público na destinação dos produtos;

Considerando que a produção de fraldas e absorventes no interior das unidades prisionais, tem por objetivo primordial, atender escolas públicas, unidades básicas de saúde, unidades de acolhimento e unidades prisionais no Estado;

Considerando que parte do total produzido, será destinado a apoiar instituições filantrópicas, de saúde e organizações não governamentais, cujo público alvo sejam crianças, idosos, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade social;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam instituídos os critérios de distribuição das fraldas e absorventes descartáveis, produzidos nas unidades prisionais do estado de Minas Gerais, oriundos do Projeto Liberdade em Ciclos, assim como os objetivos que se pretende alcançar com a distribuição dos itens.

Art. 2º - São objetivos primordiais da distribuição das fraldas e absorventes:

I - Atender às demandas do próprio Estado;

II - Suprir a demanda das unidades prisionais;

III - Apoiar entidades filantrópicas, de saúde e organizações não governamentais, cujo público alvo sejam crianças, adolescentes, idosos;

IV - Apoiar o combate à pobreza menstrual, destinando-se a atender mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Art. 3º - A doação será permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação, nos seguintes casos:

I - para a Bolsa de Materiais da SEPLAG;

II - para o SSA-Servas;

III - entre entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo, ou entre essas e os órgãos da Administração Direta;

IV - para outros entes da Federação e para consórcios públicos; e

V - para organização da sociedade civil, classificada como entidade privada sem fins lucrativos, incluindo as denominadas entidades filantrópicas.

§ 1º - Para receber doação, a organização da sociedade civil de que trata o inciso V deverá:

I – estar regularmente constituída ou, se estrangeira, estar autorizada a funcionar no território nacional;

II – ter sido constituída com objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

III – estar em funcionamento há mais de um ano.

§ 2º - Ficará impedida de receber doações a organização da sociedade civil de que trata o inciso V que:

I – tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública estadual, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como a parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

II – tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

b) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem as penas estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 3º - Fica facultada a utilização do Certificado de Registro Cadastral – CRC – emitido pelo Cadastro Geral de Conventos do Estado de Minas Gerais – Cagec –, de que trata o Decreto nº 46.319, de 26 de setembro de 2013, para fins de comprovação de documentos exigidos nos processos de doação.

§ 4º - Na hipótese de utilização da faculdade incluída no § 3º, deverão ser juntados aos autos do processo de doação os documentos exigidos para a sua formalização que não estejam contemplados ou que estejam com a validade expirada no CRC, cabendo ao órgão ou entidade responsável pela doação a verificação dos mesmos.

Art. 4º - O processo de doação será formalizado por meio do Termo de Doação, contendo a identificação do doador e donatário, a finalidade e a motivação do ato, bem como a especificação, a quantidade e o valor do material.

Art. 5º - As instituições interessadas em realizar o cadastro para recebimento das doações, deverão encaminhar para análise a seguinte documentação:

I - Documentos relativos à identificação do donatário:

a) Cópia da carteira de identidade e CPF do representante legal.

b) Estatuto ou contrato social da entidade e alterações atuais, bem como a lei atualizada que a constituiu, conforme o caso.

c) Ata da posse da atual diretoria.

d) Documento que comprove a investidura do representante no cargo pelo qual responde.

II - Documentos de regularidade fiscal:

a) Certidão de regularidade fiscal com FGTS e Certidão negativa de débitos com o INSS;

b) Certidão negativa de débitos estadual, federal e municipal, se entidade privada;

c) Cartão de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

III - Certidão de funcionamento expedida pelo Ministério Público, se fundação.

§1º - A supracitada documentação deverá ser encaminhada na forma física ou digital, para o DEPEN/MG, unidades prisionais ou nas sedes das Regionais Integradas de Segurança Pública - RISP.

§2º Toda a documentação recebida deverá ser encaminhada via processo SEI/IMG para a Diretoria de Trabalho e Produção.

Art. 6º - A documentação encaminhada pelas entidades, serão analisadas por uma comissão julgadora composta por:

I - Diretor-Geral do DEPEN, que presidirá;

II - Superintendente de Humanização do Atendimento;

III - Diretor de Trabalho e Produção.

§ 1º - Na ausência de qualquer um dos membros elencados acima, compete ao Diretor-Geral do DEPEN nomear suplente para compor a comissão julgadora.

§ 2º - Para validar o cadastro, será necessária a concordância da maioria simples da comissão.

§ 3º - A comissão julgadora designada concederá ao interessado, por uma única vez, prazo de 05 (cinco) dias úteis para que se proceda à substituição ou complementação dos documentos que não satisficam às exigências deste edital, sendo que a não observância do prazo estipulado implicará no indeferimento do credenciamento e arquivamento do pedido de inscrição.

Art. 7º - Aprovado o cadastro, poderá ser elaborado o Termo de Doação, conforme modelo anexo, onde determinará o seu objeto e detalhamento.

§ 1º - O Termo de Doação deverá ser assinado digitalmente através do Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais - SEI/IMG, pelo representante legal da instituição donatária e pelo representante legal da instituição doadora.

QUARTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2023 – 13

§ 2º - Caberá ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública a assinatura do Termo de Doação, na pessoa do doador.

Art. 8º - Compete à Diretoria de Trabalho e Produção:

I - Publicar o edital de credenciamento no Diário Oficial do estado de Minas Gerais;

II - Publicar o Termo de Doação assinado no Diário Oficial do estado de Minas Gerais;

III - Inserir a entidade donatária no SIGPRI.

Art. 9º - Compete à unidade prisional produtora dos itens em doação:

I - Realizar o registro semanal do quantitativo dos itens produzidos e a atualização dos saldos em estoque, nos sistemas de controle de produção;

II - Realizar o lançamento das doações no SIGPRI;

III - Realizar os lançamentos nos sistemas de controle da entrada e saída de material de consumo;

IV - Emitir a Guia de Movimentação pelo SIAD, devidamente assinada.

Art. 10 - Compete às instituições:

I - Encaminhar a documentação completa para análise;

II - Observar os prazos estabelecidos;

III - Acompanhar os meios oficiais de publicação dos atos.

Art. 11 - É vedada a comercialização dos itens de que tratam esta resolução.

Art. 12 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

06 1799849 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Marlúcio Magno dos Santos, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar Simplificado instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 096/2021, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 02/12/2021, CONVOCO e CITA o ex-prestador de serviço na função de Agente de Segurança Penitenciário Sr. NILTON RODRIGUES DE PAULA FILHO - MASP 1.303.113-3, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Av. Rodovia Papa João Paulo II, 4.001 – Bairro Serra Verde – Prédio Minas – 3º andar, Belo Horizonte – MG e/ou entrar em contato através do e-mail: comissaomarlucio@gmail.com no prazo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, se entender cabível, oferecer defesa prévia, protocolar antecipadamente pedido de diligências, ofertar rol de testemunhas ou juntar documentos neste Núcleo de Correição Administrativa a fim de operar, com plenitude, os seus direitos petrificados no art. 5º, LV da CFRB/88, sob pena de REVELIA: e designação de defensor “ex-officio”. NILTON RODRIGUES DE PAULA FILHO - MASP: 1.303.113-3– PROCESSADO no PDS 096/2021.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2023

Marlúcio Magno dos Santos

Masp: 1.079.863-5

Presidente da Comissão

30 1796662 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foi REQUERIDA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1)ACD Mineração Eireli/ ANM 831.727/2001- Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Monte Carmelo/MG - PA/SLA nº 936/2023, Classe 3.

(a) Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

06 1799873 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de “MG” no dia 26/05/2023 - pág. 20)

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro torna público que foi RETIFICADA a publicação de licença ambiental abaixo identificada:

Onde se lê: “A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paraiba, torna público o CANCELAMENTO da Licença Ambiental abaixo identificada: *Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação(LP-LI): *Usina De Energia Fotovoltaica De Araxá S.A. - Usina solar fotovoltaica - Araxá/MG, P.A nº4751/2016/001/2016, Classe 3, Motivo: com a justificativa de já ter sido emitida uma nova licença na modalidade las cadastro, devido a a alteração da DN 217/2017, no que tange o porte da atividade de código (E-02-06-2 Usina solar fotovoltaica), sendo que nesta alteração o enquadramento da atividade em tela passou a ser las cadastro; conforme registro no processo SEI 1370.01.0030428/2021-13. (...) (a)Ilídio Lopes Mundim Filho, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paraiba.”

(...) Leia-se: “A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro torna público o CANCELAMENTO da Licença Ambiental abaixo identificada: 1)Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação(LP-LI): *Usina De Energia Fotovoltaica De Araxá S.A. - Usina solar fotovoltaica - Araxá/MG, P.A nº4751/2016/001/2016, Classe 3, Motivo: com a justificativa de já ter sido emitida uma nova licença na modalidade las cadastro, devido a a alteração da DN 217/2017, no que tange o porte da atividade de código (E-02-06-2 Usina solar fotovoltaica), sendo que nesta alteração o enquadramento da atividade em tela passou a ser las cadastro; conforme registro no processo SEI 1370.01.0030428/2021-13. (...) (a)Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.”

(...) Obs: Demais informações permanecem as mesmas (a)Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

06 1799508 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) Dailton Antonio Ribeiro - Fazenda Sagarana Agropecuária, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despolpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes, Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura, Canais de irrigação, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Diamantina/MG, PA nº 659/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

Válida até: 06/06/2033.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

06 1799543 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202306070123290113.